

FEMINISMO REVISITADO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE EDUCADORAS PARAIBANAS EM 1930

FEMINISM REVISITED: PRACTICES AND POLITICAL REPRESENTATIONS OF THE FEMALE PARAIBAN EDUCATORS IN 1930

Charliton José dos Santos MACHADO¹
Maria Lúcia da Silva NUNES²

RESUMO

Este artigo analisa as práticas e representações políticas de educadoras paraibanas no decorrer do ano de 1930. Teórica e metodologicamente, ampara-se na nova história cultural e no conceito de gênero a fim de desvelar, historicamente, registros, relatos e documentos relativos a uma parcela da atuação política, docente e literária de educadoras, comumente obliteradas na historiografia daquele período. As fontes utilizadas são matérias jornalísticas difundidas pelo Jornal A União, órgão da imprensa oficial do Estado da Paraíba. O estudo dos documentos sinaliza que as práticas políticas das referidas educadoras promoveram, de forma tática, mudanças nos padrões e no imaginário feminino da República Velha e seu engajamento nos acontecimentos da época propiciou a visibilização de uma crescente participação feminina na esfera pública pós-1930.

Palavras-chave: Educadoras; Práticas Políticas; Relações de Gênero.

ABSTRACT

This article analyzes the practices and policies representations of the females paraiban educators along de year of 1930. Theoretical and methodologically, it supports itself on the new cultural history and on the gender concept to reveal, historically, records, accounts and documents about a part of the political, teaching and literary performance of the female educators, commonly obliterated on

¹ Professor Adjunto III e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <charliltonlara@yahoo.com.br>.

² Professora Adjunta I e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <mlsnunes@yahoo.com.br>.

the historiography of that time. The sources utilized are journalistic articles spread by the newspaper A União, the official Paraíba Estate press. The study of the documents signalizes that the political practices of such educators promoted, in a tactics way, changes in the standards and in the female imaginary of the Old Republic, and their engagement with the facts taking place at the time provided the visualization of an increasing female participation in the public sphere post-1930.

Keywords: *Female Educators; Political Practices; Gender's relations.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa ora apresentada teve como propósito analisar as práticas e representações políticas de educadoras paraibanas no decorrer do ano de 1930, momento de mudanças profundas na sociedade paraibana e brasileira.

No que se refere ao momento analisado, constata-se que os acontecimentos de 1930 alteraram a fisionomia social, política e cultural do país, com destaque para a defesa do sufrágio universal, advinda de mobilizações femininas desde o final do século XIX, como reação ao modelo constitucional republicano que restringiu a participação política, seja pela renda, seja pela alfabetização, excluindo do direito ao voto os analfabetos e as mulheres.

Inscrito na abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural, o estudo em questão permite não apenas revisitar um determinado movimento histórico e social de uma época, por meio da configuração da atmosfera da respectiva sociedade, mas também resgatar, historicamente, registros, relatos e documentos relativos a uma parcela da atuação política, docente e literária de educadoras, comumente obliteradas na historiografia daquele período. Assim, a pesquisa restringiu-se ao estudo de matérias jornalísticas difundidas pelo Jornal *A União*, órgão da imprensa oficial do Estado da Paraíba, fontes indispensáveis à reconstituição desse processo.

Na análise proposta, faz-se necessário enfatizar a importância do conceito de gênero, visto que não se refere especificamente a um ou outro sexo, “mas sobre as relações que são socialmente construídas entre eles. Essas

relações estão imbricadas, por sua vez, com as relações de poder que revelam conflitos e as contradições que marcam a sociedade”. (ALMEIDA, 1998, p.40).

Portanto, convém assinalar que a referida análise apóia-se na compreensão de que, mesmo alijadas do direito ao voto, as educadoras paraibanas, por meio de suas práticas políticas, promoveram, de forma tática, mudanças nos padrões e no imaginário feminino da República Velha.

A nova história cultural e a perspectiva historiográfica

A análise das práticas e representações políticas de educadoras paraibanas em 1930 tem como aporte teórico-metodológico a nova historiografia francesa, sobretudo no âmbito da história cultural da sociedade, enfocando práticas, atitudes e pensamentos que as particularizam. Nesse sentido, destacaram-se as maneiras de pensar, sentir e agir no interior dos conflitos e tensões da vida cotidiana, ou seja, interpretações das experiências e práticas de homens e mulheres que compõem aquela sociedade, principalmente, por meio dos escritos propagados pelo Jornal *A União*.

Nesse particular, foi fundamental a compreensão das clivagens a partir dos estudos do historiador Chartier (1994, p.8), ao atribuir ao termo cultura duas significações fundamentais:

Aquela que designa as obras e os gestos que numa dada sociedade justificam uma apreensão estética e

intelectual; e aquela que trata das práticas comuns, “sem qualidades”, que exprimem a maneira através da qual uma comunidade – não importa em que escala – vive e pensa a sua relação com o mundo, com os outros e com ela mesma.

Sobretudo apoiando-se na segunda significação, que trata das práticas comuns, é possível focar os estudos das relações de gênero para desvelar formas de compreender a sociedade da época, em suas condições concretas, traduzida nas práticas e representações políticas de educadoras. A respeito do conceito de representação, Chartier (1990, p.20) ressalta que manifesta, em sua origem, duas posições ou famílias de sentidos:

Por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém.

Ainda segundo esse autor, para compreender tal conceito, é importante discorrer sobre três modalidades de articulação do indivíduo com o mundo:

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p.23).

Tomando como referência essas reflexões, concebe-se metodologicamente a representação como algo decorrente não somente da apreensão e da apropriação do real pelo indivíduo em práticas culturais isoladas, como ainda da sua co-participação na sociedade, enquanto sujeito agente, historicamente determinado.

Verifica-se, pois, a importância de analisar práticas e representações políticas, no cenário em que mulheres vivem e pensam a sua relação com o mundo, rompendo os liames propostos para sua existência, tal como construída nas pesquisas de Perrot, por exemplo, na obra *Mulheres públicas* (1998), onde analisa o lugar da mulher na história, enfatizando suas lutas em defesa da participação no espaço público, em contextos adversos ao feminino. Em outra obra clássica, *Os excluídos da história* (1992), afirma ter sido o século XIX o cenário em que se acentuou a racionalidade harmoniosa da divisão sexual:

Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes [...] aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos. (PERROT, 1992, p.177-178).

Portanto, ao discutir o contexto de 1930 na Paraíba, à luz das referidas contribuições, permitiu-se neste estudo romper com o silêncio histórico imposto à mulher pelas narrativas oficiais, desvelando práticas e representações políticas, até então pouco visíveis na historiografia.

O momento histórico de conflitos e mudanças

Para compreender as práticas e representações políticas analisadas, é fundamental configurar o ano de 1930, marco de

uma nova etapa, sobretudo devido às conseqüentes transformações de ordem econômica, social, cultural e política, seja pelo momento de ruptura institucional, seja pela complexidade do quadro de transição em que se deu:

No Brasil dos anos trinta, a crise se fez sentir em toda extensão, e essa crise que vinha da área política, afetada pela sucessão presidencial, deslocava-se para a área militar com o tenentismo, para a área social com as inquietações operárias, as greves e o aumento do custo de vida, para a área cultural com a Semana de Arte Moderna e os movimentos literários regionalistas, e também para o setor educacional, onde existe toda uma fermentação que irá desembocar no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, cuja tônica, sob a inspiração de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, consiste na institucionalização da Escola Única, sob a égide do Estado. (MELLO, 1979, p.191)

Na década de 1930, era visível a organização de um Brasil urbano, industrial, de classe média ascendente e proletariado em formação, como contraposição aos privilégios da elite rural/agrária. Por isso, havia um descompasso entre a realidade socioeconômica do país em expansão e a máquina centralizadora. De fato, o país vinha dando sinais de que já se estava exaurindo o poder político das oligarquias que o dirigiam. Externava-se uma crise de insatisfação com a incapacidade do governo central em corrigir os males de uma economia agrícola, baseada principalmente na exportação do café. (MARTINS, 2001).

O principal referencial dessas transformações refletiu-se na ascensão de Vargas ao poder, como resultado do conflito oligárquico que perdurara desde a Proclamação da República (1889 - 1930), sob a ordem de alternância política representada por paulistas e mineiros, conhecida como "Café-com-Leite".

Apesar da instabilidade política, o Presidente Washington Luiz indicou como sucessor o paulista Júlio Prestes. A decisão dilacerou o acordo "café com leite". Como reações, opuseram-se Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que, por meio das suas lideranças, decidiram formar a chapa Getúlio Vargas/João Pessoa, a denominada "Aliança Liberal", atraindo o apoio dos setores médios da sociedade, como destaca Fausto (1997, p. 149):

A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário.

A importância da crise desencadeadora que consolidou a ascensão de Vargas ao poder pode ser refletida pela notícia veiculada pelo *Jornal do Brasil*, à época:

Getúlio Vargas é o novo dono do poder no Brasil. Ele assumiu interinamente a Presidência da República [...] o assassinato de João Pessoa, vice de Vargas, uniu os dois grupos em torno da revolução. Com a crise do café e o descontentamento com o Governo Washington Luiz, foi fácil organizar levantes em todo o país. No Rio, manifestações populares deram apoio aos revolucionários. Washington Luiz recusou-se a renunciar, sendo preso e exilado para Europa, mesmo destino do presidente eleito, Júlio Prestes [...] (1930 apud *JORNAL DO BRASIL*, 2000, p. 9).

Vitoriosa a revolução, a sociedade brasileira passou a incorporar um conjunto de

novos significados políticos. Termina, assim, a “República Velha”, deixando para trás o imobilismo de um Estado inaugurado com a Constituição de 1889. O Brasil entra em um período de transformações decorrentes da nova mentalidade de governo, entre as quais, a vitalidade da justiça, o voto secreto universal, os partidos nacionais e a legislação trabalhista. (COUTINHO, 1965, p.30)

A Revolução de 1930 foi, portanto, um acontecimento decisivo na história do Brasil, por representar uma renovação da classe política. Todavia, de acordo com Melo (2005, p. 186), “a Aliança Liberal, que não conseguiu ganhar pelo voto, foi vitoriosa pelas armas, para logo depois implantar uma das mais duras ditaduras deste país, que foi o chamado Estado Novo, só derrubado em 1945”.

A Paraíba no momento de transição política

A Paraíba constituiu-se num importante cenário dessa conjuntura. O Presidente João Pessoa, que travava uma disputa de poder com o ex-aliado, o deputado estadual José Pereira Lima³, representante do Partido Republicano Paraibano (PRP), pressionado por lideranças nacionais, aceitou compor como vice-presidente, na chapa de Vargas, constituindo, assim, a já referida “Aliança Liberal”. (RODRIGUES, 1981).

Apesar de pertencer ao epitacismo⁴, que desde 1915 dominava o poder na Paraíba, o presidente João Pessoa adotou uma postura intervencionista na administração pública, na economia e, sobretudo, nas relações políticas, desencadeando insatisfações com históricos aliados. (CALDAS, 1934, p. 30)

Por via de regra, não demoraria conflitar-se com lideranças familiares de expressão

eleitoral na Paraíba - a exemplo dos Cunha Lima, dos Dantas, dos Suassuna, dos Pereira, incluindo-se até os parentes Pessoa de Queiroz (LUNA, 1995) -, e nacionais, como o Presidente Washington Luiz. A esse respeito, ressalta Bertolli Filho (1999, p. 51):

Desde o momento em que passou a integrar a Aliança Liberal, a Paraíba foi o estado oposicionista mais castigado por Washington Luís. Mesmo antes das eleições de 1930, o presidente havia incentivado os coronéis do interior daquele estado, chefiados pelo latifundiário José Pereira, da vila de Princesa, a se defrontarem com o governo estadual, colocando em dúvida sua autoridade política.

No plano nacional, a linguagem inovadora do discurso político dos liberais conseguiu conquistar a adesão de segmentos urbanos significativos na sociedade, tais como operários, estudantes, professores, tenentes e outros descontentes com as oligarquias que se revezavam no comando político:

O processo de urbanização, acompanhado do surgimento de camadas médias e operárias, criou um caldo de cultura para o aparecimento de novas formas de organização da sociedade: O movimento de mulheres parece ser um exemplo das formas que essa organização podia tomar e aponta para um aspecto importante: não se tratava apenas de um grupo que lutava diante das instâncias do Estado, ou que simplesmente buscava deputados para propor projetos de seu interesse, mas de uma estratégia mais complexa. O uso constante dos jornais,

³ Apesar de ter sido estigmatizado pela história oficial como um exemplo de violência e proteção ao cangaceirismo, sobretudo após os episódios de 1930, o Coronel José Pereira de Lima foi, sem dúvida, um líder político do seu tempo. Homem de formação universitária, foi prefeito da cidade de Princesa Isabel/PB e deputado estadual por várias legislaturas no comando dos grupos políticos oligárquicos do Sertão da Paraíba, aliados do Presidente Epitácio Pessoa.

⁴ O epitacismo é uma referência ao poder de comando político exercido pelo paraibano e Ex-Presidente da República, no plano federal, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, entre os anos de 1915 e 1930.

a presença em eventos públicos e até a realização de uma passeata mostram que essas mulheres não eram apenas exceções excêntricas em uma época de recato, mas pessoas que pretenderam ampliar sua base de apoio buscando formar uma opinião pública a seu favor. (PINTO, 2003, p. 17).

Os ideais reformistas propagados pelos liberais revestiram-se de uma forte amplitude popular, formando um novo tecido social organizado, constituído, portanto, de um efetivo sentimento de participação de representantes de novos grupos sociais em todos os campos da evolução da vida do país, por meio dos mais diversos espaços e canais políticos em constituição:

Sua base de apoio é representada por todas as forças sociais das regiões em dissidência e pelas classes médias dos grandes centros urbanos. O proletariado tem no episódio revolucionário uma “presença difusa”. Certamente não intervém na revolução como classe, tomada a expressão em sentido estrito, isto é, como categoria social composta de indivíduos que não só exercem papel semelhante no processo produtivo, mas têm objetivos definidos de ação, oriundos de uma consciência comum do papel que desempenham neste processo e na sociedade. (FAUSTO, 1997, p. 134)

Na Paraíba, uniram-se, em torno de João Pessoa, vários grupos, dentre os quais, destacam-se as mulheres, em sua maioria educadoras, que, seduzidas pelo discurso da “inovação política”, passaram a integrar os chamados comitês femininos “Pró-Aliança-Liberal”. A intensidade do apoio pode ser sintetizada na matéria veiculada pelo Jornal *A União*, em 15 de maio de 1930: “Expressiva homenagem das alumnas da Escola Normal ao presidente João Pessoa - uma revoada de moças ofereceu ao chefe do governo 300 cartuchos para

o combate ao cangaceirismo”. Segundo Mello (1979, p. 204), “as mulheres atendiam dest’arte à pregação feminista de Carlos Dias Fernandes e José Américo de Almeida”. Ainda segundo o mesmo autor, citando o Padre Eurivaldo Tavares:

Analice Caldas compreendeu o fenômeno que culminou na mobilização das moças da Escola Normal e campanhas dos mil réis liberal e arco do triunfo, todas em prol do presidente João Pessoa. Nesse sentido, não foi por acaso haver duas professoras da época – Adamantina Neves e Rita Miranda – liderando o movimento que culminou na mudança do nome da capital paraibana para João Pessoa e a institucionalização da nova bandeira do Estado.

A respeito da participação feminina, reforça Aguiar (2005) que, de fato, eram as alunas da Escola Normal as principais apoiadoras e partidárias do presidente João Pessoa e da Aliança Liberal no contexto de 1930. De acordo com o autor:

Elas estavam na maioria das vezes à frente das passeatas e *meetings*, como se dizia na época. Fardadas de azul e branco, entre seus 14 e 20 anos, as normalistas bem simbolizavam o total apoio do povo à reforma e renovação empreendidas no Governo [...] (AGUIAR, 2005, p.19)

Avolumava-se no país uma mobilização popular de sentimento contrário aos vícios do localismo e privatismo do Estado oligárquico, a exemplo das tradicionais fraudes eleitorais e da restrição do voto, provenientes das peculiaridades regionais, da parentela coronelista e do apadrinhamento de poder. No caso da Paraíba, a República dos coronéis se cristalizava nas ações de Epitácio Pessoa, que “apontava a dedo os Presidentes do Estado – uma espécie de Pinheiro Machado, tostado pelo sol do Nordeste”. (COUTINHO, 1965, p. 30).

O assassinato do Presidente João Pessoa, em 26 de julho, pelo então opositor perrepista João Dantas, ligado aos seus adversários, na Confeitaria Glória, em Recife/PE, foi o catalisador que faltava para encorajar manifestantes aliancistas de norte a sul do país, fato que fez acelerar, embasar e irradiar a empreitada da revolução, constituindo-se na marcha triunfalista iniciada no dia 3 de outubro e vitoriosa no mesmo mês de 1930. Sobre o episódio histórico, ressalta Sylvestre (1993, p.122):

O triste episódio da Confeitaria Glória, no Recife, veio então dar novo ímpeto aos conspiradores, reunidos todos sob a bandeira da fidelidade aos ideais do companheiro aliancista que acabava de tombar. Sem a morte do presidente da Paraíba, a Revolução teria vindo em conseqüência dos outros determinantes internos e externos, mas viria em outro contexto e certamente não seria a Revolução de 30, mas de 31 ou 32.

Em função dessa e de outras contingências históricas, a Revolução de 1930, fundamentada nas ações e no ideário de setores da nova elite urbana do país, no contexto de maior ênfase nacionalista, constituiu-se num marco irreversível da história brasileira do século XX.

Consolidado, portanto, o movimento de 1930, a Paraíba passou a ter prestígio no cenário político nacional. Afinal, foram os últimos acontecimentos desencadeados que impulsionaram a tomada do poder. Por conseguinte, as lideranças desse movimento permaneceram no controle da política do Estado e, conseqüentemente, com o seu poder fortalecido. (GURJÃO, 2001, p.96).

Práticas e representações de educadoras em 1930

A presença das educadoras no ano de 1930 alcançou visibilidade com a formação dos

comitês femininos em apoio à Aliança Liberal Getúlio Vargas/João Pessoa nas principais cidades da Paraíba: Campina Grande, Itabaiana, Bananeiras, Píripituba e na capital do Estado.

De fato, a intensificação desses comitês era uma das metas da campanha, e, sendo assim, constituíam-se em verdadeiros espaços de propaganda, ou seja, em instrumentos cotidianos eficientes da divulgação das bandeiras liberais na Paraíba, com destaque para as iniciativas de estudantes e educadoras. A esse respeito retrata o Jornal *A União*: "Realizou-se no dia 5 do corrente, em Campina Grande, a brilhante solenidade da fundação 'Cruzada Feminina Liberal Clara Camarão', sociedade que nucleia os mais prestigiosos elementos do mundo elegante da cidade serrana, para uma ação intensa de propaganda da aliança" (*O BRILHANTE...*, 1930, p.4).

Conforme se pode observar, a importância da formação desses espaços de mobilização política alcançou tamanha proporção que o referido jornal, em 08 de janeiro, ressaltava o seu significado político em Campina Grande: "Sob os auspícios de distintas senhoras e senhoritas campinenses, foi fundado aqui o comitê denominado Cruzada Feminina Liberal Clara Camarão, cuja posse realizou-se hoje, festivamente, no Salão do Theatro Apollo, perante numerosa resistência." (*A FUNDAÇÃO...*, 1930, P.5).

A despeito da referida matéria, Sylvestre (1993, p.58) expressa o seguinte:

Na campanha da Aliança Liberal, a mulher campinense ensaiou os primeiros passos na sua caminhada de atuação política que, 17 anos depois, explodiria através das famosas passeatas dos vestidos brancos comandadas por Felix Araújo. Para apoiar as candidaturas aliancistas foi organizado o Comitê Feminino Clara Camarão. Um grupo de senhoras e senhoritas integrantes do Comitê esteve visitando o presidente João Pessoa quando de sua passagem por

Campina Grande em fevereiro de 1930. Dois anos depois, a 29 de setembro de 1932, a primeira mulher a se qualificar com eleitora em Campina Grande foi a D. Olga Amorim [...]

Constata-se, ainda, que, em 14 de janeiro de 1930, o Jornal *A União* propagava, de forma efetiva, a formação do Comitê feminino em Itabaiana:

A brilhante cooperação de mulheres na campanha da Aliança Liberal vem imprimindo à cruzada de regeneração dos nossos costumes políticos, como nota ainda inédita na história da República de desprendimento, patriotismo, beleza. Na Paraíba mesmo sucedem-se os pronunciamentos das figuras de mais destaque no nosso mundo feminino que se collocam ao lado da causa da aliança, para auxiliar a acção de propaganda, com toda a sua emoção cívica. Na cidade de Itabayana organizou-se no dia da chegada ali do desembargador Heráclito Cavalcante um comitê feminino, composto de senhoras e senhoritas da mais alta representação e que vem corajosamente em prol da vitória da chapa de Getúlio Vargas/João Pessoa [...] (O COMITÊ ..., 1930, P.3).]

De fato, a organização dos comitês femininos em prol da Aliança Liberal, estendeu sua mobilização, inclusive, nas cidades de pequeno porte eleitoral. Ao longo de todo o período da campanha, foram fundados com o objetivo de cumprir atividades de acordo com o calendário eleitoral; eram orientados exclusivamente para as mobilizações das mulheres junto às escolas, à igreja e aos diversos espaços urbanos. É o que ressaltava o jornal *A União*, de 23 de fevereiro de 1930, em Campina Grande: “as mulheres desta localidade acabam de realizar um grande comício liberal, convocando o povo a sufragar os nomes dos Drs. Getúlio Vargas e João Pessoa”. Em 09 de maio de 1930,

o referido jornal também ressaltava a seguinte notícia:

Hontem á tarde, quando iniciavamos o nosso expediente redaccional, fomos procurados no pavimento terreo desta folha, por três gentilissimas senhoritas de nossa sociedade que nos pretendiam falar. Eram mlls. Alexandrina de Oliveira Albuquerque, Aldalice de Albuquerque Andrade e Alice de Albuquerque. Indo atendel-as, fomos surpreendidos com a indagação se o govérno tambem estava recebendo balas de rifle como contribuição do povo para a luta que se desenrola no sertão contra os cangaceiros de José Pereira. Á nossa resposta affirmativa, uma das moças abriu a bolsa e della retirou 34 cartuchos para rifle calibre 44, collocando-os sobre a mesa. Feito o commovedor offercimento, declararam as senhoritas conterranaes que aquella era a cooperação ao bravo presidente da Parahyba, que nesta hora enfrenta a horda dos bandidos. E acrescentaram: “Na impossibilidade de pegar em armas: é só o que podemos fazer”. (BELLO, 1930, p. 4))

Em outra matéria, de 15 de junho de 1930, *A União* expunha:

Hontem, á tarde, o presidente João Pessoa foi procurado por uma commissão de gentilissimas senhoritas da nossa sociedade, que entregou a v.exc. a quantia de 610\$000, resultado da venda feita nesta cidade de pequenos retratos do chefe do governo, em beneficio do soldado parahybano [...] o Presidente João Pessoa acolheu com sympatia a commissão de moças agradecendo-lhes o fidalgo e humanitário gesto que tanto enaltece as qualidades de pureza e sensibilidade da mulher parahybana. (LINDO..., 1930, P. 5).

Apesar da limitação de tarefas atribuídas pela coordenação de campanha, os comitês femininos transformaram-se em cenários de

visibilidade política para a mulher paraibana, ao difundirem a imagem da mulher nas questões políticas, o que, conseqüentemente, propiciou o debate do sufrágio universal propagado por Bertha Lutz e Maria Lacerda Moura, nas décadas de 1920 e 1930. Acerca dessa conjuntura histórica, reforça Avelar (2001, p.18):

Os movimentos urbanos dos anos de 20 e 30 deixavam claro que as conquistas femininas não implicariam alterar a estrutura da sociedade e da família. Frutos da ação de mulheres de classe média, os movimentos reiteravam a política conservadora da época.

Compreende-se, no entanto, que, na Paraíba, a presença feminina nos comitês representava uma novidade, e não menos eram seus discursos, que, taticamente, sugeriam mudanças nas condições estabelecidas para a mulher. É o caso da matéria veiculada pelo jornal *A União*, em 15 de maio de 1930, enfatizando o discurso proferido pela professora Dolores Coelho em ocasião da entrega dos cartuchos das alunas da Escola Normal ao Presidente João Pessoa:

Aqui estamos cumprindo imperioso dever de prestar um pequeno auxílio do poder legalmente constituído da nossa terra, quando a este pequeno Estado da Federação Brasileira o govêrno da República nega a permissão de importar munições de que precisa [...] Consagradas do estudo, dedicadas a formação do nosso espírito para uma nobilíssima missão, não estamos porém, a receber uma educação de estufa que amolante ao nosso caráter, nem sentimos igualmente amordaçadas as nossas consciências. [...] Com o nosso desenvolvimento intellectual já podemos julgar os homens deste momento doloroso que a pátria atravessa acabrunhada e incerta e guardamos na singeleza dos nossos corações profunda gratidão

para os bons servidores da Parahyba. [...] Os nossos corações tiveram assim soberanas razões para virem vos homenagear, e as nossas inteligências melhor nos orientarem para aqui trazermos uma modesta offerenda, que é sincera e expontanea manifestação dos nossos juvenis sentimentos de patriotas. Aceitae, exmo. Sr. Presidente João Pessoa, as balas que vimos depor nas mãos do maior cidadão da República [...]. (EXPRESSIVA..., 1930, p.3).

No discurso acima, percebe-se que, em meio à exaltação, a educadora ressalta o valor da inteligência, que se traduz na capacidade feminina de julgar, de escolher, de optar politicamente, mesmo vedada sua participação efetiva na cena política.

Um outro discurso, que chama atenção pelo teor crítico, é o da professora Alba Costa Lira, reproduzido pelo jornal *A União*, em 23 de fevereiro de 1930, por ocasião da excursão da Caravana Simões Lopes à região do Brejo paraibano:

Atravesso nesses minutos que se vão passando, um dos instantes mais gloriosos, mais entusiasticos, mais indeleveis de minha mocidade. Eu vejo, meus irmãos, meus companheiros de ideal, a nossa pátria marchando para a victoria definitiva [...] parece, meus senhores, que eu vivia uma época em que se trocava a liberdade pela tyrannia; e é por isso que eu sinto arder nas veias o fogo do patriotismo, o maior que se possa imaginar num coração de mulher [...] Eu não sou mais, senhoras, a mulher indifferente às questões políticas. A mulher não tem ainda a vontade livre. A nossa arma de combate são as nossas lágrimas. Com ellas iremos para a trincheira chorando a miséria passada e reclamando dos homens a liberdade do Brasil [...] (A EXCURSÃO..., 1930, p. 3).

O discurso exprime um conteúdo que extrapola a mera tarefa feminina no processo eleitoral, ou seja, expõe a emergente crítica das sufragistas no sentido da busca pelos mesmos direitos políticos exercidos pelos homens na sociedade brasileira.

Em consonância com essa compreensão abordada, merece destaque, por sua atualidade crítica e inovadora, o discurso proferido pela professora Apolônia Amorim, na inauguração do Comitê Feminino “Clara Camarão”⁵, na cidade de Campina Grande, veiculado pelo jornal *A União*, em 10 de janeiro de 1930:

Não estranheis porque, sendo o Comitê composto de elementos femininos, com a finalidade de atrair a colaboração da mulher campinense neste movimento de civismo que vem empolgando o paiz, é compreensível que eu repute um dever a minha presença, como a de todas as campinenses, nesta festiva reunião, com a qual já temos dado um passo triunfante nessa cruzada de educação política. [...] Naquele mundo o espírito político dominante já compreendeu e fez compreender que a mulher não pode nem deve estar reduzida ao trabalho meramente doméstico, absorvida pelas preocupações da moda e outras futilidades sociais [...] É bem de ver que a vitória da mulher europeia no cenário político e administrativo foi precedida de um trabalho inteligente, e este de um estudo perfeito das condições vitais da nossa sociedade. Infelizmente, a mulher brasileira ainda não se preparou para suprema conquista, uma vez que lhe falta a necessária educação política. Essa equipagem de conhecimentos é essencial. Mas só podemos constituí-la por natural processo de adaptação, estudando as condições sociais e políticas da nossa sociedade e formando, pelo exemplo, esses núcleos de propaganda, onde todas estimulem para a vitória final [...] (O BRILHANTE ..., 1930, p.2).

Atenta aos acontecimentos em torno da mulher brasileira e europeia, desde a década de 1920, a educadora reafirmava sua crítica e revelava, em sua fala, uma representação política inovadora, no sentido de um reposicionamento da sua condição de cidadã na sociedade, passando a se constituir em sujeito de consciência crítica:

O feminismo no Brasil tem sido uma fonte de memoráveis debates, nos quais se accentua a inferioridade social da mulher, a sua apagada colaboração nos destinos da pátria. Nem por isso, entretanto, o assunto perdeu o seu aspecto de oportunidade, pela lógica razão de que a mulher ainda não conquistou, no Brasil, o terreno já conquistado na Europa supercivilizada. Naquela mundo o espírito político dominante já compreendeu e fez compreender que a mulher não pode nem deve estar reduzida ao trabalho meramente doméstico, absorvida pelas preocupações da moda e outras futilidades sociais [...]. (O BRILHANTE..., 1930, p.2).

Personagem fundamental dos episódios de 1930, devido à sua relação amorosa com o advogado João Dantas, adversário político do Presidente João Pessoa, a educadora Anayde Beiriz, mesmo não se debruçando com intensidade sobre a problemática em questão, buscava nos limites estritos da imprensa expressar opiniões públicas em favor da mulher. Nesse sentido, segundo Joffily (1980, p. 43), escreveu artigo na Revista *Era Nova* com o seguinte destaque: “Elevemos a mulher ao eleitorado, é mais discreta que o homem, mais zelosa, mais desinteressada. Em vez de a conservarmos nesta injusta minoridade, convidemo-la a colaborar com o homem na oficina da política [...]”.

Para Joffily, com esse escrito, que se opunha à opressão da mulher, na defesa intelectual de novos direitos, Anayde Beiriz dialogava com o

ponto de vista de Humberto de Campos, membro da Academia Brasileira de Letras, que preconizava a tolerância do voto feminino apenas para as mulheres que dispunham de condições econômicas para cumprirem as prerrogativas de impostos sobre a renda, em conformidade com as exigências da Lei Constitucional Republicana de 1891, em vista de a exclusão do voto feminino derivar da idéia de que alguns, por sua condição de dependência econômica, não tinham a liberdade para formar opinião. A respeito dessa questão, lembra-nos Pinto (2003, p.16):

A Constituição estabeleceu que eram cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil, e eram eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos. Conforme o senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo “cidadão” no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente aos homens.

Em sua particularidade, Anayde Beiriz se pôs numa condição de vanguarda, podendo-se considerá-la uma mulher avançada face às tradições oligárquicas do seu tempo. Distanciando-se dos moldes tradicionais de pensar o papel da mulher, Anayde, moça de família humilde, destacou-se pelo culto da leitura, da escrita e da valorização da educação, portanto de enfrentamento à ordem estabelecida. De acordo com Aranha (2005, p. 18), a educadora passou a defender abertamente a liberdade da mulher, rejeitando a repressão que lhe era imposta. Advogava a favor do direito ao voto, em uma época de extrema restrição ao exercício político do sexo feminino, sobretudo na província Parahyba do Norte.

Todavia, o debate acerca do sufrágio universal na Paraíba, apesar de tímido, sem dúvida, não obtinha a adesão de todo o contingente de mulheres letradas, que via no engajamento político um perigo para a existência harmoniosa da conservadora família patriarcal. Nessa ordem, contrapondo-se às argumentações críticas,

outras vozes femininas manifestaram-se em defesa de uma representação doméstica tradicionalmente atribuída à mulher. Destaque para as críticas da intelectual Eudésia Vieira, uma das primeiras integrantes femininas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP):

Temos a sufragista, é sempre uma revoltada que procura abafar seus padecimentos querendo não ser a companheira do homem, mas rival ou mesmo sua antagonista. Merece também compaixão. Foi a infelicidade que a impeliu à extravagância de proceder para destarte sufocar o sentimento latente. (Apud JOFFILY, 1980, p.4)

Apesar de detentora de uma incontestável erudição, com destacados artigos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* (RIHGP) e na *Revista Era Nova*, Eudésia lançava mão de argumentos que se contrapunham às rupturas com os códigos de submissão patriarcalista. Esse aspecto demonstra as tensões vividas pelas mulheres naquele período, quando lutavam por seus direitos, por mais espaço, ao mesmo tempo em que se preocupavam com a estabilidade da família e em manter uma situação amigável e equilibrada com os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1930 marcou profundamente o Brasil e, em especial, a Paraíba, consequência das tensões e conflitos em torno da alternância de poder. No âmago dos acontecimentos, reacenderam-se os debates em prol de mudanças efetivas no sistema político e governamental do país, que, em nível nacional, resultaram numa revolução de concepções e práticas políticas desencadeadas pela liberdade de expressão e construção da cidadania, com destaque para a histórica conquista do direito ao voto da mulher.

Aliada a essa questão, ressalte-se que a sociedade brasileira de 1930 vivencia uma série de transformações proporcionadas, entre outros fatores, pelo desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, pelo aumento das possibilidades nos campos profissional e escolar, tanto da população em geral quanto da feminina.

Na Paraíba, o engajamento de educadoras nos acontecimentos da época, propiciou visibilizar uma crescente participação feminina na esfera pública pós-1930, particularmente, em algumas áreas do trabalho, como a imprensa e o magistério (ARAÚJO, 2003, p. 267) e da organização política, a exemplo da fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF), em 1933 (MACHADO; NUNES, 2007), demonstrando uma tática de inclusão lenta e gradual nos espaços que a sociedade, aos poucos, possibilitava-lhes ou acabava cedendo.

Cabe, por fim, enfatizar que, nas primeiras décadas do século XX, o voto era uma reivindicação ora concedida, ora recusada às mulheres. Com isso, pode-se deduzir que a atuação política de educadoras pertencentes a uma “alta classe social local”, seja por meio de discursos, seja por produções de textos, seja em organizações de comitês, mesmo sem intento deliberado, sinalizava para outras possibilidades de inserção da mulher na sociedade, contrariando os códigos culturais daquele momento.

REFERÊNCIAS

- A EXCURSÃO da caravana “Simões Lopes” à zona do Brejo. *JORNAL A UNIÃO*. João Pessoa, p.3, 23 fev. 1930
- A FUNDAÇÃO do comitê feminino “Clara Camarão”. *JORNAL A UNIÃO*. João Pessoa, p. 5, 28 jan. 1930.
- AGUIAR, Wellington. *João Pessoa o reformador*: transcrição das verdadeiras cartas achadas no escritório de João Dantas. João Pessoa: Idéia, 2005.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ARANHA, Marcus. *Anayde Beiriz; panthera dos olhos dormentes*. João Pessoa: Manufatura, 2005.
- ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. A educação histórica e as mulheres na Paraíba: as intelectuais do IHGP (1934-1979). In: CARVALHO, Maria Eulina P. de; PEREIRA, Maria Zuleide da C. (Org.). *Gênero e educação: múltiplas faces*. João Pessoa: UFPB, 2003.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. 2 ed. São Paulo: Fundação Konrad Adeanuer/Unesp, 2001.
- BELLO gesto de três senhoritas parahybanas. *JORNAL A UNIÃO*. João Pessoa, p. 4, 09 maio 1930.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. *A república velha e a revolução de 30*. São Paulo: Ática, 1999. (Coleção Retrospectiva do século XX).
- CALDAS, Joaquim Moreira. *Porque João Dantas assassinou João Pessoa: o delicto do Glória e a tragédia da penitenciária de Recife em 1930*. Rio de Janeiro: Graphics Mendes Júnior, 1934.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: UNB, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. *Poder, alegria dos homens*. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1965.
- EXPRESSIVA homenagem das alumnas da Escola Normal ao Presidente João Pessoa. *JORNAL A UNIÃO*. João Pessoa, p.3. 15 maio 1930.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 – historiografia e história*. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Parahyba renovada. In: _____. *Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*. 2 ed. Campina Grande: Eduerp, 2001.

JOFFILY, José. *Anayde Beiriz: paixão e morte na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: CBGA, 1980.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, jul. 1930. In: *JORNAL DO BRASIL*, Edição Especial, 2000, p. 9.

LINDO gesto de um grupo de senhoritas de nossa alta sociedade. *JORNAL A UNIÃO*. João Pessoa, p. 5, 15 jun. 1930.

LUNA, Maria de Lourdes. *João Dantas e Anayde Beiriz – vidas diferentes, destinos iguais*. João Pessoa: A União, 1995.

MACHADO, Charliton José dos Santos Machado; NUNES, Maria Lúcia da Silva. O feminismo paraibano: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) – 1933. In: _____. (Orgs.) *Gênero & Sexualidade: perspectivas em debate*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 193-208.

MARTINS, Ana Luiza. *O despertar da República*. São Paulo: Contexto, 2001.

MELO, Fernando. *João Dantas: uma biografia*. João Pessoa: Idéia, 2002.

MELO, Fernando. *Epitácio Pessoa: uma biografia*. João Pessoa: Idéia, 2005.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Exposições e debates do II SBCB: João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1979.

O BRILHANTE espírito cívico da mulher parahybana. *JORNAL A UNIÃO*. João Pessoa, p.2, 10 jan. 1930.

O COMITÊ feminino de Itabayana. *JORNAL A UNIÃO*. João Pessoa, p.3, 14 jan. 1930..

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 2. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A revolta de Princesa: poder privado x poder instituído*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SYLVESTRE, Josué. *Da revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1993.

SHUMAHER, Schuma. & BRASIL, Érico Vital. (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade - biográfico e ilustrativo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Recebido em 31/1/2008 e aceito para publicação em 19/3/2008.

